

DESIGUALDADES CULTURAIS E O CONTEXTO DOS QUILOMBOLAS

*Jorge Nascimento**Cleusa Maria Graebin**Maria de Lourdes Borges***Universidade La Salle****Introdução**

Contemporaneamente, as comunidades quilombolas da Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul são espaços titulados. Mesmo com limitação tecnológica as Comunidades Remanescentes Quilombolas (CRQs) produziram um revés histórico ao desenvolver uma nova intensidade na sua comunicação, ao se conectar com pesquisadores e quadros sindicais e, por isso, passaram a ser parte integrante no quadro das políticas públicas brasileiras (NASCIMENTO, 2016). Nesse panorama, ainda temos a participação política de suas lideranças e instituições, como a Federação das Comunidades Remanescentes de Quilombos - FACQ e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONACQ, que nos apresentam o protagonismo que rompe com a experiência de segregação e invisibilidade social, mostrando o seu trabalho rural que tende em acompanhar a nova conjuntura do País.

Apesar desses avanços, as desigualdades em formato de preconceitos e invisibilidades para com os quilombolas e outros grupos específicos continua. Segundo Moreno (2007) a cultura pode ajudar a promover uma cristalização de pequenas e grandes violências, uma vez que está associada à (re)produção social e à organização do mundo. Por outro lado, é a própria cultura que pode ajudar a romper essa realidade (MORENO, 2007). Mais especificamente, o fenômeno aqui existente demarca espaço e posições estratégicas para o desenvolvimento da cultura agrária da etnia negra, que pressupõe um novo fator social político e econômico. Dessa forma, o negro retoma a sua memória e a própria identidade para construção de um novo universalismo.

Juntamente com os estudiosos e com os dirigentes sociais do mundo sindical, as comunidades remanescentes de quilombo da Metade Sul, entre os anos de 1990 e 2016, estiveram em processo de regularização fundiária e obtenção de políticas públicas de desenvolvimento à luz da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Por outro lado, é possível destacar o fenômeno do etnodesenvolvimento praticado por descendentes das matrizes africanas instaladas em terras brasileiras, como inovadoras formas de organização laboral e de relações de produção, de venda-compra e de troca, matizando a reprodução social das mazelas históricas produzidas pelo capitalismo. As estratégias de organização comunitária operam, ainda, na atualização de uma memória social, compartilhada, e simbolicamente significativa para outros grupos étnicos (SILVA; SILVA, 2011).

Diante deste contexto, a questão de pesquisa que este artigo busca investigar é: Quais possíveis inter-relações podem haver entre a vivência quilombola e as desigualdades culturais?

Para responder a esta questão de pesquisa, o desenvolvimento deste artigo teórico apresenta uma discussão sobre memória social e os quilombolas, em seguida sobre culturas e desigualdades, finalizando-se com as considerações finais.

Desenvolvimento**Memória Social e as CRQs**

Para Pollak (1992) a memória não é apenas eletiva, mas define limites e exalta fatos. Disso decorre que a



memória, individual ou coletiva, remete-se a fatos vividos, a experiências narradas, a discursos institucionalizados e a lembranças “vivas por tabela”. Esses últimos são aqueles que nem sempre são presenciados pela pessoa que lembra, mas que habitam um imaginário coletivo e são atualizados em circunstâncias favoráveis ou desfavoráveis (POLLAK, 1992).

Talvez seja por isso que se possa dizer, com Gondar (2005), que a memória é uma construção. Não porque possa ser arbitrariamente definida por cada pessoa, mas porque necessita desses temas, valores e marcos para se materializar. Constrói-se a memória pelas questões que um dado ser humano faz no presente e que dependem desses rastros do passado para serem respondidas. Portanto, a memória vai além dos arquivos representativos de um povo, de um acontecimento, ou de uma cultura. Como diz Gondar (2005), a memória é parte viva dos processos sociais; é constante, pulsante; está sempre em mudança. Como exemplo, pense-se nos esquecimentos: a abrangência conceitual da memória é tal que os esquecimentos representam as invenções e as criações próprias ao conceito de memória que abarca a mudança, a vivacidade (GONDAR, 2005).

Sob os pontos de vista colocados até aqui, pode-se dizer que a memória social das comunidades de Canguçu e Pelotas são atravessadas pela memória cultural e as matrizes dos povos de origem africanas. Como a organização das CQRs é baseada em uma estrutura social e familiar existente na África, supõe-se que essa transposição foi feita por meio das memórias culturais, transmitidas de geração a geração (SÁ, 2007). As comunidades quilombolas utilizam as suas terras para sua reprodução social, tematizando memórias coletivas e culturais. Assim, mantêm-se vivas as práticas culturais que evidenciam a ancestralidade negra do grupo. É disso tudo que se trata memória. Sua marca identitária inscreve-se nas significações – de uma memória familiar ou institucional, por exemplo – em que operam marcos e que organizam a experiência de um passado.

Com relação ao desenvolvimento cultural Moreno (2007) entende que exclusões e desigualdades são diariamente definidas por significados, entendimentos e pelas categorias culturais que são transmitidas e atribuídas dentro da sociedade. Categorias culturais como relações de poder, quando tangenciados pelos de cultura ou desenvolvimento podem instrumentalizar alguns grupos sociais específicos em detrimento de outros, o que acaba por determinar “quem está fora ou dentro de um sistema, quem tem privilégios ou quem é omitido na conversa, quem é definido como sujeito ou como objeto e, a partir disso, de qual equidade ou igualdade estamos falando” (MORENO, 2007, p. 120).

Cultura e desigualdades

O protagonismo para o desenvolvimento sócio econômico de comunidades quilombolas depende de inúmeros fatores contextuais políticos e culturais, visando o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas. Segundo Moreno (2007) para haver avanços são necessários progressos em nível cultural a fim de que hajam “seres humanos e cidadãos melhores, profundamente preocupados também com o bem-estar dos demais, compartilhando os privilégios e, finalmente, assumindo posições para passar de um conceito de equidade e bem-estar etéreo e ideal para um que possibilite o avanço humano” (MORENO, 2007, p. 120).

Paula Moreno (2007) trata de uma realidade de exclusão que enfrenta, uma vez que é fundadora da Organização Não Governamental *MANOS VISIBLES* (<http://www.manosvisibles.org/es/sobre-nosotros/que-es-manos-visibles>) na Colômbia, que tem por objetivo capacitar e conectar atores para gerar ecossistemas de transformação efetiva e promover uma nova narrativa de e para regiões (colombianas) em condições de exclusão, onde os afrodescendentes e indígenas são o foco principal, por meio da capacitação para a liderança.

Nesse sentido, o que Moreno (2007) coloca pode ajudar a compreender a realidade que quilombolas enfrentam no que se refere à desigualdade cultural. Moreno (2007) entende que é necessário enfrentar as desigualdades que são produzidas pela cultura hegemônica que discrimina e exclui, assim como observa que a “cultura” também é um mecanismo de reivindicação organização e de desenvolvimento humano.

Nesse sentido, a cultura (ou as culturas) estão associadas à produção e reprodução social, bem como à maneira como as relações sociais se estabelecem na maneira como o “mundo é organizado, “a partir de uma perspectiva de tempo e espaço e da definição do que é humano e do que não é.» (MORENO, 2007, p. 120). Além disso, a cultura “tem sido a base para organizar a experiência, registrar a memória, analisar que parte dessa memória se torna história e, nessa história, quem são os protagonistas, as vítimas ou os invisíveis” (MORENO, 2007, p. 120).

A literatura é pródiga em exemplos de invisibilidade e preconceito com quilombolas. Miranda (2018) cita que em pesquisa sobre quilombolas em idade escolar a “tonalidade da pele e a linguagem eram frequentemente tidas como alvo de discriminação” (SILVA, C. R., 2008, p. 17 apud MIRANDA, 2018, p. 201) e também sobre dificuldades que “os jovens [quilombolas] enfrentam é que na escola da cidade são percebidos através do estereótipo da origem e experimentam “a diferença que os inferioriza” (SILVA, K. I. M., 2014, p. 131). Porém não são somente os jovens que sofrem pela desigualdade e discriminação.

Para Grossi, Oliveira e Oliveira (2018) há relações de desigualdade e opressão que são vivenciadas pela população negra, mas que essa situação recai mais sobre as mulheres. As mulheres quilombolas também sofrem discriminação.

Existem poucos estudos sobre violência com mulheres quilombolas no Brasil. Sequer consta nos dados do IBGE, o indicador referente à identidade quilombola, contribuindo para a invisibilidade deste segmento populacional. Um dos poucos estudos qualitativos, realizado com mulheres quilombolas de Alagoas (RISCADO; OLIVEIRA; BRITO, 2010), financiado pelo Ministério da Saúde, revelou que um acentuado contingente de mulheres padece de violência doméstica em níveis físico, sexual, psicológico, patrimonial e moral. Quanto ao racismo, as mulheres quilombolas disseram ser vítimas de preconceito racial, com expressões de subestimação, humilhação na rua, na escola, em festas e em atendimento em postos de saúde (GROSSI; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2018, p. 938).

A invisibilidade social e a desigualdade andam de mãos dadas, uma vez que ocorrem cruéis desigualdades cotidianas por meio da concentração da pobreza em “grupos específicos por causa de suas condições e avaliações identitárias, que marginalizam suas oportunidades na sociedade.” (MORENO, 2007, p. 120). Ao marginalizar as oportunidades, tal como no exemplo em que estudantes quilombolas são tratados com inferioridade (MIRANDA, 2018), faz com a condição de invisibilidade e desigualdade permaneça por gerações.

Exemplos como esses trazem os aspectos políticos da cultura, onde, muitas vezes, ela desempenha um papel opressor e promotora de exclusões, quando rejeita “a diversidade de formas, modos e expressões, gerando categorias estéticas que negam a humanidade em seus múltiplos modos e manifestações” (MORENO, 2007, p. 120), mas pode ser libertadora quando, ao contrário, funciona como mecanismo de reivindicações. (MORENO, 2007). Portanto, “a cultura é contextual conjuntural e marcado pelo político”, consequentemente sendo um campo de negociação e tensões permanentes e dinâmicos (MORENO, 2007, p. 120).

Durante a pandemia, os quilombolas também sofrem de invisibilidades. A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONARQ) lançou a plataforma do Observatório da COVID-19 nos Quilombos com o objetivo de reunir dados epidemiológicos da pandemia do coronavírus entre quilombolas de todo o Brasil (<https://quilombosemcovid19.org/>). Até 22 de setembro de 2020 foram 165 óbitos de quilombolas. O que mais preocupa é “a invisibilidade da doença nos territórios quilombolas”, pois

a maioria dos territórios está distante de hospitais estruturados e próxima a municípios onde a saúde é sucateada e onde não chegam nem mesmo os testes rápidos. Mais uma vez, deliberadamente, a população quilombola desse país é colocada no esquecimento, na invisibilidade e é excluída do processo de distribuição das políticas públicas. Neste sentido, a plataforma tem o objetivo de concentrar as informações em um espaço com frequentes atualizações (CONARQ, 2020).



Moreno (2007) coloca que o que precisa ser combatido não é somente combater a pobreza material, mas sim a pobreza dos sentidos. Nesse ponto, uma compreensão ampliada da cultura envolve vê-la como “infraestrutura de sentido individual e coletivo, mas também seu papel na qualidade e na dignidade do ser humano, o que implica uma reflexão mais ética” (MORENO, 2007, p. 123).

Considerações finais

Para pensar sobre possíveis inter-relações que podem haver entre a vivência quilombola e as desigualdades culturais, recorreremos ao entendimento de Moreno (2007). Em resumo a autora Moreno (2007), nos convida refletir sobre os elementos sociais, econômicos e políticos sobre as quais ocorrem a construção das identidades, participação das pessoas, consumo de bens e produtos entre outros, os quais se embasam na cultura, que pode ser voltada para o desenvolvimento econômico e material e crescimento humano ou para a cristalização de um modo de vida de pobreza material e de sentidos. Nesse sentido, as desigualdades culturais na vivência dos quilombolas aparecem nos estereótipos da origem que jovens enfrentam nas escolas, na invisibilidade de mulheres quilombolas que não tem para onde recorrer diante da violência em níveis físico, sexual, psicológico, patrimonial e moral, bem como invisibilizados diante da pandemia do coronavírus, com dificuldade de acesso a tratamento.

Sendo assim, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem-se empiricamente nas relações entre a vivência quilombola e as desigualdades culturais, uma vez que a invisibilidade característica desta população precisa fazer parte do passado.

Referências

- CONAQ. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. **COVID-19: Boletim epidemiológico**. Disponível em: <<http://conaq.org.br/noticias/covid-19-boletim-epidemiologico>>. Acesso em: 29 set. 2020.
- GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Org.). **O que é memória social**. Rio de Janeiro: Contra-capas, p. 11-26, 2005.
- GROSSI, P.; OLIVEIRA, S.; OLIVEIRA, J. Mulheres Quilombolas, violência e as interseccionalidades de gênero, etnia, classe social e geração. **Revista de Políticas Públicas (UFMA)**, v. 2, n. 2, 2018.
- MIRANDA, S. A. de. Quilombos e Educação: identidades em disputa. **Educ. rev. Curitiba**, v. 34, n. 69, p. 193-207, June 2018.
- MORENO, P. As desigualdades culturais: o ético, o étnico e a comunidade. **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 27, abr. 2020/out. 2020. São Paulo: Itaú Cultural, 2007. Disponível: <https://issuu.com/itaucultural/docs/revista_obs27_final>. Acesso em: 29 set. 2020.
- POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

